

Boletim Número 71**Data: Abril-Maio-Junho/2016****EDITORIAL**

O Boletim PROEALC, desde suas primeiras edições, foi construído visando promover uma análise política dos diferentes países latino-americanos, destacando as principais consequências no plano social, político e econômico, bem como registrando os principais limites e desafios para a construção da democracia na América Latina.

Em consonância com esse objetivo, o septuagésimo primeiro número do Boletim trás nas colunas Em Foco: 1) o artigo de Euclides André Mance que analisa as deposições de governos democraticamente eleitos na América Latina via “golpe” parlamentar; 2) a entrevista de Adolfo Pérez Esquivel, Nobel da Paz em 1980, tratando da texto de a ofensiva estadunidense sobre os recursos naturais da América Latina, através do apoio a governos conservadores; 3) a análise de Mauro Iasi sobre a relação entre violência e a indústria cultural; 4) a reportagem com a economista Sandra Quintela sobre os megaeventos esportivos e a relação entre o público e o privado cujo o “legado” resultou em dívidas, denúncias de corrupção e violência contra parcelas marginalizadas da população e 5) por fim, uma notícia da CELAG com dados sobre as desigualdades de gênero na América Latina.

Ainda neste periódico, o leitor encontrará na coluna Espaço Aberto, o artigo do bolsista do PROEALC Tiago Henrique Crispim Salvador que trata de como a ficção auxilia na legitimação da violência de Estado. Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

A deposição de governo na América Latina pela via jurídico-parlamentar

Por Euclides André Mance
13/04/2016

Do mesmo modo que nos anos 60 e 70 do século passado vários governos foram depostos por golpes militares na América Latina, em nossa atualidade estão sendo aperfeiçoados os mecanismos de deposição de governos pela via jurídico-parlamentar.

O golpe de estado em Honduras, que destituiu o presidente Manuel Zelaya em 2009 parece ter sido uma transição entre os dois modos de atuação, tendo sido caracterizado como golpe militar pela Onu. Porém, o que o torna idêntico ao método que passou a ser usado desde então, é o fato de ter sido formalmente operado pela via das instituições, com a participação do poder judiciário e parlamentar.

O golpe de estado no Paraguai, que destituiu Fernando Lugo em 2012, contou com a anuência desses mesmos poderes e completou a transição, com o uso da figura formal do impeachment e a deposição do presidente pelo senado em processo que durou 24 horas. O Mercosul identificou tal processo como “ruptura da ordem democrática” e o Paraguai foi suspenso do bloco por um ano, por haver desrespeitado o Compromisso Democrático no Mercosul, firmado em 1998. A Unasul, igualmente, se posicionou contra o processo e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA manifestou que o julgamento, político e sumário, afetou o Estado de Direito no país. Cabe igualmente agregar que o motivo evocado para o impeachment do presidente, o “mau desempenho” de suas funções, era inconsistente sob o aspecto material para a adoção dessa medida.

Uma análise de hegemonia, nos dois casos, nos revela que tais golpes ocorreram como desdobramento de crises políticas, assentadas no fato de que os setores progressistas conquistaram a presidência do país mas não obtiveram uma maioria parlamentar de esquerda. Assim, a correlação de forças desfavorável possibilitou a ocorrência dos golpes.

Essa mesma condição se verifica atualmente no Brasil e na Venezuela. No caso brasileiro, instaurou-se o processo de impeachment. No caso venezuelano, a oposição busca aprovar uma lei que permita realizar o referendo revogatório. Em ambos os casos, a tentativa de deposição dos governos constrói um eixo de lutas que apresenta a deposição desses governos como condição de superar a crise econômica, a recessão e a inflação.

A atitude do Mercosul em suspender o Paraguai por um ano nas decisões do bloco foi um marco histórico importante no enfrentamento dessa prática. Pois, embora aparentemente legal, o impeachment realizado, tanto por seu procedimento formal quanto por seu objeto material, violou a democracia no país. Paradoxalmente, entretanto, uma possível suspensão do Brasil no Mercosul, caso o impeachment venha a ser aprovado, contribuiria com o próprio objetivo das forças golpistas em enfraquecer o bloco.

O impeachment da presidente Dilma, sem a comprovação de crime de responsabilidade, corresponde a um golpe de Estado dessa natureza, cuja técnica foi aprimorada em relação ao Paraguai, pois em nosso país os prazos legais estão sendo cumpridos. Porém, o objeto material invocado para a destituição da presidente não corresponde ao exigido pela lei 1.079/1950 como crime de responsabilidade, o que caracteriza efetivamente como golpe o uso desse instrumento.

A técnica para realizá-lo não apenas foi aprimorada em sua forma de execução institucional, como igualmente no modo como a adesão social a esse eixo de lutas foi obtido, com o concurso das mídias de massa e da Internet, particularmente de redes sociais, repercutindo trechos de documentos sob segredo de justiça, replicados e distribuídos com a participação criminosa de atores na esfera do poder judiciário, violando a Constituição e o Código do Processo Penal.

Para enfrentar esse eixo de lutas do impeachment é necessário, entre outras coisas, explicitar as suas conexões internas, que vinculam a saída da crise à realização das medidas do Plano Temer, incluindo a supressão de direitos sociais e trabalhistas, o fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal — com a aprovação do projeto de José Serra — e a possibilidade de transferência de ativos da União à iniciativa privada, isto é, a privatização desses ativos, entre os quais se incluem a Petrobras e os Correios. Todas essas medidas, se implementadas, trarão imensas perdas à sociedade brasileira, seja para os mais pobres e para a classe média da geração presente, mas igualmente para as gerações futuras.

Os olhares da América Latina se voltam angustiados para o Brasil, pois, se esse golpe de estado jurídico-parlamentar for aqui vitorioso, a mesma técnica se propagará pela região, sempre que se elejam governos progressistas, mas não se consiga eleger uma maioria de esquerda no congresso para evitar o uso fraudado desse instrumento.

Link: <http://www.alainet.org/pt/articulo/176719>

Em Foco II

“Golpe é parte de um projeto de recolonização da América Latina”

A polarização não existe na sociedade boliviana: ela foi teatralizada na mídia, incentivada pelos atores políticos, mas não foi encarnada pelo eleitorado.

Por Marco Weissheimer
02/05/2016

Adolfo Pérez Esquivel, Nobel da Paz em 1980, precisou falar apenas um minuto no Senado brasileiro para sentir de perto a fúria da oposição que busca derrubar a presidenta Dilma Rousseff. O arquiteto e ativista argentino utilizou a palavra “golpe” para definir o que está acontecendo hoje no Brasil, o que levou a oposição a exigir do senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a sessão, a retirada da palavra dos anais da sessão, demanda que acabou atendida. “Não falei mais de um minuto. Eles me pediram para que eu fizesse uma saudação e eu expliquei por que estava aqui no Brasil, para apoiar a democracia, a continuidade constitucional e evitar a consumação de um golpe de Estado”, relata Esquivel em entrevista ao Sul21.

Na entrevista, o arquiteto e ativista argentino chama a atenção para o fato de que o que está acontecendo no Brasil não é um ponto fora da curva, mas sim parte de um projeto de recolonização da América Latina capitaneado pelos Estados Unidos. Para Esquivel, não há acasos em tudo o que está acontecendo agora contra o governo de Dilma. “Isso faz parte de um projeto de recolonização continental. Já houve experiências piloto no continente que devem ser lembradas. A metodologia é a mesma. O que aconteceu em Honduras, com a derrubada de Manuel Zelaya, e depois no Paraguai, contra o governo de Fernando Lugo, foram ensaios de golpes de Estado de um novo tipo”, sustenta.

“Esse projeto”, acrescenta, tem como objetivos estratégicos o controle dos nossos recursos naturais e, como já disse Michel Temer, a privatização das empresas estatais. “Esse é o objetivo do golpe de Estado. Caso ele se consuma, o país terá um governo com essa agenda que não foi eleito pelo povo”.

Sul21: Como o senhor avalia a situação política que o Brasil vive hoje, em especial a tentativa de derrubada do governo da presidente Dilma Rousseff?

Adolfo Pérez Esquivel: Pelo trabalho que realizo, sempre olho para a realidade de um país da América Latina sob a perspectiva de uma visão continental. Não há casualidades em tudo o que está acontecendo agora contra o governo de Dilma. Isso faz parte de um projeto de recolonização continental. Já houve experiências piloto no continente que devem ser lembradas. A metodologia é a mesma. O que aconteceu em Honduras, com a derrubada de Manuel Zelaya, e depois no Paraguai, contra o governo de Fernando Lugo, foram ensaios de golpes de Estado de um novo tipo. Golpes de Estado que não necessitam dos exércitos. Basta ter os meios de comunicação, alguns juizes e dirigentes políticos da oposição para provocar a desestabilização de um governo.

O que me assombra é que tenham escolhido o Brasil, um país líder no continente, para aplicar esse modelo de golpe. É o mesmo procedimento dos ensaios realizados anteriormente: o uso massivo dos meios de comunicação para alimentar um processo de desprestígio por meio de uma série de acusações, a cumplicidade de alguns juizes, como é o exemplo de Sérgio Moro, que chegou a vaziar escutas telefônicas privadas envolvendo o ex-presidente Lula e a própria presidente da República. O que Dilma fez de errado, afinal, para justificar um impeachment? Ela utilizou procedimentos que outros governos anteriores também aplicaram e não sofreram nenhum tipo de sanção por isso. Contra Dilma, bastou isso para justificar um pedido de impeachment. Isso é, abertamente, um golpe de Estado brando. Há alguns dias, disse isso no Senado brasileiro e houve um escândalo. Não falei mais de um minuto...

Sul21: E pediram para retirar a palavra “golpe” das atas do Senado relativas ao seu pronunciamento...

Adolfo Pérez Esquivel: Sim. Eles me pediram para que eu fizesse uma saudação e eu expliquei por que estava aqui no Brasil, para apoiar a democracia, a continuidade constitucional e evitar a consumação de um golpe de Estado. Bastou isso para provocar uma situação conflitiva. Mas é preciso fazer uma leitura mais profunda sobre o que está acontecendo no Brasil. Essa leitura para além da superfície tem a ver com o projeto em curso de recolonização do continente. Esse projeto tem alguns objetivos estratégicos: o controle dos nossos recursos naturais e, como já disse Michel Temer, a privatização das empresas estatais. Esse é o objetivo do golpe de Estado. Caso ele se consume, o país terá um governo que não foi eleito pelo povo, que ficará marginalizado da ação democrática. Como ocorreu em Honduras e no Paraguai, isso terá como consequência uma forte repressão aos movimentos sociais. Essa é a lógica da imposição de uma política regressiva: provocar situações de conflitos sociais e usar a forma repressiva para conter esses conflitos. Já há uma lei antiterrorista aprovada pelo Congresso, como aconteceu em quase todos os países.

Há uma diferença entre o que está acontecendo no Brasil e o que vemos hoje na Argentina, onde a direita chegou ao governo por meio de eleições livres. Ganhou por muito pouco, mas ganhou e está legitimada pelo voto. Nos primeiros quatro meses de governo, Macri levantou impostos que eram cobrados de empresas mineradoras e de latifundiários, entre outras medidas. O Observatório Social da Universidade Católica argentina registrou que, neste período, o país já tem um milhão e quatrocentos mil de pobres a mais e cem mil desempregados a mais. Isso em quatro meses apenas.

Sul21: Na sua avaliação, esse projeto de recolonização tem os Estados Unidos como centro de origem e de articulação?

Adolfo Pérez Esquivel: Sim, é uma política dos Estados Unidos, que nunca abriu mão de seu objetivo de ter a América Latina como seu quintal. A política norte-americana nos golpes em Honduras e no Paraguai ficou muito clara. É preciso ter em mente que os Estados Unidos e também a Europa estão esgotando seus recursos e necessitam dos recursos naturais de nossos países, incluindo recursos minerais estratégicos e os recursos do Aquífero Guarani, uma das grandes reservas mundiais de água, um bem cada vez mais escasso. Então, não são pequenos os interesses dos Estados Unidos na região. Não é por outra razão que eles mantêm bases militares na América Latina.

Se olharmos para a história recente da América Latina, houve outras tentativas de golpe de Estado no Equador, na Bolívia e na Venezuela que vive uma situação crítica, onde a posição ganhou o Parlamento e o governo de Nicolas Maduro está muito debilitado, com graves problemas econômicos, fundamentalmente causados pela queda do preço do petróleo, base da economia venezuelana. Então, as tentativas de golpe de

Estado na América Latina não terminaram. Houve algumas muito violentas, com muitas mortes, como a que ocorreu no massacre de Pando, na Bolívia. No Equador, tivemos uma tentativa de golpe disfarçada de uma mobilização salarial da polícia. Era uma tentativa de golpe de Estado contra Rafael Correa. Esse é o panorama que temos hoje na região. Teríamos que falar ainda de Haiti, Guatemala, El Salvador e Honduras onde ocorreu uma repressão brutal, com mortes como a de Berta Caceres, uma dirigente do povo Lenca com a qual trabalhamos em Honduras.

Sul21: Voltando um pouco à situação da Argentina, nos primeiros meses do governo Macri houve também um aumento da repressão aos movimentos sociais e um dos principais símbolos disso foi a prisão de Milagro Sala. Qual é o cenário atual desse quadro de repressão e violação de direitos?

Adolfo Pérez Esquivel: Milagro Sala é uma presa política. Ela foi presa por conta de um protesto social organizado por cooperativas e pelo grupo Tupac Amaru. Nós fomos visitá-la na prisão, na província de Jujuy, cerca de 1.500 quilômetros de Buenos Aires. Falamos também com o governador de Jujuy, Ruben Gerardo Morales. Após a prisão de Milagro Sala começaram a surgir uma série de outras acusações contra ela, envolvendo denúncias de corrupção e outras coisas. Mas ela foi condenada antes de ser julgada. Ela é uma presa política já há quatro meses e nós cobramos isso do governador. Houve também uma forte repressão policial em Buenos Aires e em outros lugares contra protestos de trabalhadores. O governo Macri vai avançando em suas políticas neoliberais. Até agora, não falou abertamente sobre isso, mas planeja a privatização de empresas do Estado.

Macri também está fazendo um acordo com os fundos abutres para o pagamento de uma dívida externa imoral e ilegítima. Aí temos um problema que vem dos governos anteriores que não fizeram uma auditoria para determinar o que é dívida legítima e o que não é. Agora, Macri necessita de recursos para enfrentar a situação do país e está tentando obter empréstimos com altas taxas de juro. Os orçamentos para educação e políticas sociais sofreram grandes cortes e as obras do Estado estão paralisadas. As universidades também sofreram um drástico corte orçamentário. De modo geral, elas têm recursos para pagar os salários do mês de junho e depois não se sabe como será.

Sul21: Diante desse cenário de avanço conservador, qual é, na sua opinião, a capacidade de reação dos movimentos sociais e do movimento sindical na Argentina, no Brasil e em outros países da América Latina? Há força suficiente para resistir a esse projeto de recolonização?

Adolfo Pérez Esquivel: Os movimentos sociais estão muito fragmentados e isso coloca-os em uma forte situação de debilidade. Não há coesão ou força integradora entre eles. No caso da Argentina e de outros países da América Latina, a política de direitos humanos também enfrenta sérias dificuldades já há algum tempo. Esse projeto de recolonização terá um impacto negativo muito grande para a população, especialmente para os setores mais carentes. Há uma cláusula democrática dentro de organismos regionais como Mercosul e Unasul, que já foi aplicada ao Paraguai por ocasião do golpe contra Lugo. O Paraguai foi suspenso desses blocos regionais. Não sei se isso vai acontecer com o Brasil. Se, do golpe, surgir um governo Temer penso que ele terá o reconhecimento ao menos dos Estados Unidos e da Argentina. Na Argentina, o governo Macri está rechaçando os acordos regionais.

Sul21: Aqui no Brasil, estamos assistindo à emergência de grupos de direita e mesmo de extrema direita, com traços fascistas, que contam inclusive com representação parlamentar como é o caso do deputado Bolsonaro que, recentemente, voltou a fazer apologia de torturadores. Esse fenômeno também está ocorrendo na Argentina ou em outros países da região? Até que ponto, essa emergência preocupa?

Adolfo Pérez Esquivel: Na Argentina, isso não é muito evidente. Houve editoriais apoiando a ditadura, como o publicado pelo jornal La Nación no dia seguinte à posse de Macri, defendendo a libertação de militares condenados por crimes na ditadura. Há grupos de direita, mas, neste momento, como estão praticamente no governo, não se manifestam publicamente. Isso não significa que não existam. Aqui no Brasil me chama muito a atenção o fato de um deputado ter feito a defesa de um torturador. Isso é a apologia de um crime, um delito. Não sei como vão tratar isso, pois os deputados têm foro privilegiado. A questão importante é se haverá unidade dos movimentos sociais e populares para enfrentar essa situação.

Sul21: O senhor acompanha a situação dos direitos humanos na América Latina há muitos anos. Após um ciclo de ditaduras houve um período de redemocratização e uma ascensão de governos de esquerda e progressistas na região. Agora, parece que estamos entrando mais uma vez em um período conservador com

regressão no campo dos direitos. Parece que parcelas importantes das sociedades latino-americanas abrem mão muito facilmente de direitos. Como avalia a situação atual após um período em que ocorreram importantes avanços na área dos direitos humanos e sociais?

Adolfo Pérez Esquivel: Neste último período, nós acompanhamos com preocupação a situação dos direitos humanos mesmo em governos democráticos. Há governos que não têm políticas repressivas, mas há como que uma base já institucionalizada. Em muitos países, as torturas em prisões e delegacias de polícia, por exemplo, continuam até o dia de hoje. Na Argentina, esse problema é tremendo. Nós fizemos um trabalho de monitoramento da situação em prisões e delegacias. No ano passado registramos mais de 100 mil casos de tortura em 50 instituições penitenciárias. Não são políticas de Estado, mas sim mecanismos e práticas que seguiram vivas nas forças de segurança e que seguem vigentes.

Os direitos humanos seguem sendo violados porque há impunidade jurídica. Quem viola os direitos humanos sempre é o Estado. Fora disso, há os delitos que devem ser enquadrados na legislação vigente. A situação dos direitos humanos, considerados em sua integralidade, é preocupante em muitos países. Não estou falando apenas de torturas ou mortes, mas também de problemas ambientais, dos agrotóxicos, do impacto das grandes mineradoras. Há casos como o do Chile, onde a lei antiterrorista foi aplicada contra o povo mapuche.

Direitos humanos e democracia são valores indivisíveis. Se os direitos humanos são violados, a democracia se debilita. Estamos trabalhando para tentar uma mudança de comportamento e de mentalidade, mas há muitas consciências armadas com práticas repressivas. Antes de vir ao Brasil, estivemos no México, país que tem mais desaparecidos que a Argentina na época da ditadura, com governos constitucionais. Em Cidade Juarez, até sairmos de lá, havia a marca de 1.500 mulheres assassinadas por feminicídios. Estamos falando da fronteira com os Estados Unidos. No estado de Guerrero, temos o caso dos 43 estudantes que desapareceram e sobre os quais não há notícia até hoje. Passou um ano e meio e não se sabe absolutamente nada do paradeiro de 43 estudantes. Não estamos falando de uma ditadura.

No México, nos reunimos com o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos e ele nos relatou as muitas dificuldades enfrentadas para avançar nas investigações sobre casos de violações de direitos naquele país. Há uma situação de terror muito grande. Tanto é assim que o governo dos Estados Unidos emitiu um comunicado recomendando aos turistas norte-americanos para que não viajem ao estado de Guerrero, em especial para Acapulco. Estivemos em Acapulco e os hotéis estão vazios. Claro que, no caso do México, penetrou com muita força o problema da droga, dos carteis do narcotráfico. Uma coisa que nós podemos comprovar na América Latina é que as guerras, hoje, são financiadas com a droga. Isso está acontecendo agora no Oriente Médio também. As guerras têm que ser financiadas de algum modo e estão sendo pelas drogas. Por isso, elas não vão desaparecer tão facilmente assim. O narcotráfico está desempenhando um papel sumamente importante hoje na economia das guerras.

Então, quando falamos da realidade da América Latina hoje supomos que todos os governos são democráticos, mas isso não é assim. Veja o caso da Colômbia também, onde agora está prestes a ser assinado um acordo de paz com as FARC. Mas o problema da Colômbia não se resume à relação entre as FARC e o governo de Santos. São quase 60 anos de guerrilha, mas também de narcotráfico, de grupos paramilitares e parapoliciais. O panorama do continente é muito complexo.

Sul21: O senhor está pessimista em relação ao futuro?

Adolfo Pérez Esquivel: Eu sempre digo que sou um pessimista esperançoso. Eu não penso que não há saída para todos esses problemas. Sempre há saídas e possibilidades de mudança, desde que o povo se una. Na América Latina, as esquerdas estão divididas. A direita tem dificuldades, mas não está dividida porque tem objetivos claros. Mas as esquerdas estão muito divididas na Argentina, no Brasil, em qualquer país. Assim, é difícil construir frentes que possam oferecer alternativas a essa situação da qual falamos. Se o golpe se consumir aqui no Brasil o que vai ocorrer com a população. Estamos aqui acompanhados de movimentos sociais e de grupos comprometidos com a defesa da democracia, mas qual é a força real que têm?

O que me preocupa, no caso do Brasil, são as possíveis repercussões em todo o continente e no mundo inteiro. O Brasil é um país líder, com uma presença importante não só na América Latina. Para mim, com tudo o que escutei nestes dias, me parece que o afastamento de Dilma já é praticamente um fato consumado, a não ser que, de última hora, a situação atual possa ser revertida. Mas não é para se desesperar. Sempre há

possibilidades de mudanças. O fato é que os Estados Unidos seguem trabalhando pela recolonização da região pois necessitam dos recursos deste continente.

Já devastaram a África, que não é um continente pobre, mas é um continente empobrecido. A África tem grandes recursos que estão sendo explorados por grandes corporações. Eu participei de uma comissão de investigação sobre a África do Sul e a Namíbia. Durante os oito meses que durou a comissão creio que não dormi em função do que vi, os indicadores de pobreza, o saqueio sem piedade dos recursos destes países. Levamos o resultado dessa investigação à Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foram aprovadas sanções que não foram cumpridas.

Link: <http://www.brasil247.com/pt/247/rs247/229475/%E2%80%98Golpe-%C3%A9-parte-de-um-projeto-de-re>

Em Foco III

Violência e ideologia

Por Mauro Luis Iasi*
03/06/2016

Assistimos ao espetáculo da violência. A própria frase encerra seu significado mais dramático. Parte das pessoas encara a violência no papel de espectadores e a consomem pelo filtro dos meios de comunicação – seja a televisão, o rádio, as redes sociais. Sujeitos apassivados adornadamente pela indústria cultural, transformados em espectadores que expectoram catarticamente para o vídeo burro seus anseios e frustrações, para vê-los realizados pelo outro inexistente, tornando-os vazios.

A raiva, a violência, a fúria, mas também a paixão romântica, a aventura ou fantasia, projetam desde fora os elementos do ser social, projetado para fora de si mesmo para se reconhecer no outro. Tal mecanismo não é necessariamente de estranhamento, se pensarmos que assim nos constituímos como seres sociais, se reconhecendo no outro. O problema é a natureza e qualidade deste outro.

A mercantilização da arte e da comunicação reconstrói o objeto de projeção de forma a retirar dele toda a contraditoriedade viva. A massificação sob a forma mercadoria é necessariamente padronizadora, repetitiva, metódica e, em uma palavra, burocrática. Inseparável da reificação, como já dizia Marx quando afirmava que está é a maldição inevitável dos produtores quando assumem a forma de mercadorias. Uma relação entre seres humanos que assume a fantasmagórica forma de uma relação entre coisas.

Aquele que se relaciona com o vídeo ou a pequena tela onde vivem as “redes sociais” é já, antes de tal ato, uma coisa. Reificado pela vivência de relações reificadas, coisificado na compra e venda de sua força de trabalho, na relação com os demais mediados por coisas e pela lei do valor, pelo mercado. No entanto, aquele que se coisifica é ainda um ser humano coisificado e isso é um problema.

A força de trabalho pode ter sido convertida em mercadoria, as necessidades humanas em meios de realização do valor de troca, mas tais dimensões não podem existir fora dos seres que a possuem. Para desespero do capital, os seres humanos e seus problemas comezinhos, são o veículo portador da principal mercadoria da forma capitalista, assim como aqueles que em seu consumo a realizam.

Um ser social e histórico que vive e respira, que precisa comer, vestir-se, habitar, que fica doente e que se apaixona, canta, olha seus filhos com esperanças descabidas, que sente a carne cortada por injustiças, por isso se revolta e por isso luta. Em suas veias não corre apenas a substância abstrata do valor, mas sangue que ferve e, às vezes, explode.

O capital não pode explorar o trabalho sem atingir o conjunto da humanidade e os seres que a compõe. Não pode evitar, portanto, que esta forma superior de exploração não produza seu contrário: a revolta. Por isso, toda forma de exploração é, inevitavelmente, uma forma de dominação.

A dominação não é um ato simples que resulta do mero uso da força, ainda que esta seja um meio indispensável. O velho Maquiavel já alertava há muito tempo que nenhuma ordem se mantém só pela espada e funda a política moderna afirmando que o domínio resulta da exata combinação da coerção e do consenso.

Se por um lado a força coercitiva é explícita, as formas de violência não o são. É violenta a ação criminosa da Polícia Militar que assassina jovens nas periferias e favelas, mas é violento também o racismo que a enquadra, a opressão sobre migrantes e imigrantes, assim como é ainda mais violenta a manifestação de integração dos oprimidos e explorados como sujeitos de sua própria dominação quando se amoldam a ordem que os massacra.

No entanto, esta integração não é um ato de convencimento. Os explorados e oprimidos não aceitam a ordem porque foram convencidos de sua superioridade societária ou porque portam os melhores valores de nossa melhor sociedade. A ideologia não é um ato meramente cognitivo, não é um mero conjunto de ideias transmitidas e assimiladas por falta de crítica. Isso pensavam os críticos – críticos que Marx e Engels ironizavam impiedosamente em sua obra *A ideologia alemã*.

Se a ideologia é um mero conjunto de ideias que falsificam o mundo para favorecer a dominação, bastaria oferecer as ideias corretas. Daí resulta que não apenas os apóstolos do novíssimo testamento como Bauer e Stirner, mas boa parte da esquerda contemporânea se empenha em disputar com os meios de comunicação da burguesia com golpes risíveis de suas precárias iniciativas comunicacionais.

A ideologia é um fenômeno mais complexo. São as relações sociais dominantes expressas como ideias, as relações que fazem de uma classe a classe dominante, as ideias de sua dominação. Por esta aproximação não se trata de mudar uma fraseologia do mundo por outra, mas de mudar o mundo, um ato prático, uma revolução. E uma revolução é um ato violento de negação, uma ruptura.

Voltemos, então, à frase inicial: assistimos ao espetáculo da violência. Inseridos nas relações que constituem a ordem do capital que degrada o ser humano a mera coisa, o trabalho em meio de vida, e a vida em meio pelo qual o valor se valoriza, os seres humanos subsumidos à ordem reificada vivem contradições que geram raiva e indignação porque se confrontam com seu ser e o aviltam.

Diante disso poderiam viver esta contradição, rebelar-se. Mas isso é muito perigoso. Aqui entra em cena o mecanismo da catarse. Oferece-se a estes seres angustiados uma caixinha de alternativas mágicas através das quais ele pode perder-se numa ilha deserta, viajar aos confins do espaço (onde nenhum homem já foi), amar perdidamente, mas, também, sofrer, morrer em explosões, matar, trair, derrubar regimes, salvar seu país em atos heroicos. Em poucas palavras, como no velho teatro grego de onde deriva o termo, realizar no outro e pelo outro aquilo que em seu ser latejava como necessidade, e o que é fundamental, abdicando de fazê-lo. Eis a catarse.

É por isso que, enquanto Gramsci via positivamente a catarse como passagem do momento econômico corporativo ao ético-político, Brecht declara guerra à catarse em seu teatro. Ambos vêem facetas diversas do fenômeno. O sardo foca a necessidade de superar o egoísmo que isola os membros da classe trabalhadora pela necessária identidade de classe que liga cada um de nós na meta política da transformação revolucionária; enquanto o alemão chama atenção para o mecanismo pelo qual através da arte (e diríamos nós pela comunicação de massas) rouba a revolta de cada um impedindo a ação que resultaria nesta identidade de classe esperada.

Nesta segunda acepção, a catarse é um ato violento de expropriação da revolta, da angústia, da raiva que produz o apassivamento. Para que isso seja possível a pessoa precisa se tornar espectador e a violência espetáculo.

E não se iludam: isso acontece até mesmo em nossos espelhos tão queridos. Nas “redes sociais” em que filtramos os amigos para que nossas ideias pareçam ter eco em muitos outros que pensam o mesmo. Aí vai

mais um post para que você se indigne, ou se emocione, ou ria, ou se revolte. E se gostou, curta e compartilhe nesta incrível relação entre seres humanos que se apresenta na forma fantasmagórica de uma relação entre smartphones.

Há um certo tempo ouvi uma propagando no rádio (uma espécie de rede social precária que os antigos frequentavam) na qual se anunciava um site que tinha o significativo título de “faça alguma coisa.com”. O locutor dizia: “se você está indignado, acredita que nem tudo está como devia, clique em nosso site – <http://www.facaalgumacoisa.com> –, e você já estará fazendo alguma coisa”.

Infelizmente, para a ordem, nem todos estão assistindo o espetáculo da violência. Alguns de nós estão vivendo a violência. São Mães que perderam seus filhos para a Polícia Militar assassina, são trabalhadores que adoecem sugados pela sanha do capital em extrair mais valia, são jovens jogados no chão sentindo a bota do carrasco sobre suas cabeças, são professores tomando porrada da polícia, são famílias vendo suas casas derrubadas para dar lugar a horripilantes prédios de aço e vidro ou vias por onde correm carros sem alma.

As vezes, quando moradores da favela estão sendo atacados, estudantes de uma universidade pública – a UERJ – levantam os olhos de seus celulares e atravessam a rua e compartilham a raiva, a sagrada raiva da revolta. O imbecil do reitor (ou feitor?) afirmou depois de chamar a polícia e jogar jatos d’água na moçada que “com a barbárie não há dialogo”. Sou obrigado a concordar com ele, apenas o espantaria o fato que o personagem que lhe cabe nesta trama é o da barbárie.

Comentando a nona tese de Walter Benjamin, na qual o autor se refere ao quadro *Ângelus Novus* de Paul Klee, Žižek afirma que:

“E se a violência divina fosse a intervenção selvagem desse anjo? Ao ver o amontoado de escombros que cresce em direção ao céu, esses destroços da injustiça, o anjo contra-ataca de vez em quando para restabelecer o equilíbrio, vingando-se do impacto devastador do “progresso”. Não poderia a história da humanidade ser vista como uma normalização crescente da injustiça, trazendo consigo o sofrimento de milhões de seres humanos sem nome e sem rosto? Em que lugar na esfera do “divino”, talvez estas injustiças não tenham sido esquecidas. Acumulam-se, os erros são registrados, a tensão aumenta e torna-se insuportável, até o momento em que a violência divina explode numa cólera de retaliação devastadora.” (Violência, São Paulo: Boitempo, 142)

O discurso ideológico sobre a violência, sua espetacularização, que é outra forma de referir-se à sua mercantilização, cumpre, então, uma função além de sua distorção ou negação. A violência é simultaneamente louvada e negada, mas a função última é negar a possibilidade da violência revolucionária pela vivência catártica da violência vazia de substância. Oferecer uma violência ao consumo passivo, para que não seja possível o ato prático de negação violenta da ordem.

Agora, nesta cidade, homens e mulheres estão caminhando para o matadouro do trabalho subsumido ao capital, casas estão sendo derrubadas, um jovem negro está caído pedindo por sua vida quando a bala procura sua cabeça, um corpo ensanguentado pela tortura foi jogado numa cela, um coração se partiu de tristeza, uma palavra sufocou de silêncio seu portador...

Nada de triste existe que não se esqueça
alguém insiste e fala ao coração
tudo de triste existe e não se esquece
alguém insiste e fere no coração
nada de novo existe nesse planeta...

As pessoas estão capturadas pela tela azulada na qual se vive a vida de que elas abriram mão. Pelas ruas, em qualquer canto, nucaas tortas carregam os que já foram pessoas e pequenos dispositivos sugam os olhos por onde se esvai a alma até onde se escondem impulsos e fluxos que substituem a relação entre os seres humanos... Quem sabe se levantarmos os olhos?

em volta dessa mesa velhos e moços

lembrando o que já foi
em volta dessa mesa existem outras falando tão igual
em volta dessas mesas existe a rua
vivendo seu normal
em volta dessa rua uma cidade sonhando seus metais
em volta da cidade...*
Um anjo abre suas enormes asas negras sobre o caos, mas ninguém o vê. Anjos não tiram selfies.

**Mauro Iasi é professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, pesquisador do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), do NEP 13 de Maio e membro do Comitê Central do PCB. É autor do livro O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência (Boitempo, 2002) e colabora com os livros Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil e György Lukács e a emancipação humana (Boitempo, 2013), organizado por Marcos Del Roio. Colabora para o Blog da Boitempo mensalmente, às quartas.*

Link: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/03/violencia-e-ideologia/#prettyPhoto>

Em Foco IV

30 dias para as Olimpíadas: Dívidas e violência contra a população já é legado.

Para a economista Sandra Quintela, os megaeventos esportivos flexibilizam a definição do que é público e o que é privado

**Por María Julia Giménez
06/07/2016**

Desde a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 2007, passando pela Copa do Mundo, em 2014, até as Olimpíadas, neste ano, movimentos sociais e coletivos organizados contra os impactos dos megaeventos têm denunciado o aumento da violência contra a população nesses períodos (com despejos e maior militarização nas favelas) e a falta de transparência na gestão da preparação das cidades-sedes, gerando desequilíbrio no orçamento público e negando à população o direito a serviços básicos.

“Não somos contra os Jogos Olímpicos. Somos contra a forma como esses megaeventos chegam às cidades, barrando as demandas reais e concretas da população. Para isso, produz-se um modelo de cidade absolutamente distante das necessidades reais de quem vive lá”, lamenta a economista Sandra Quintela, coordenadora do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e membro do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o episódio mais recente foi a concessão de um crédito de R\$ 2,9 bilhões, autorizado pelo presidente interino Michel Temer na última quarta (29), destinados à Segurança Pública dos Jogos Olímpicos Rio 2016, que começa no próximo 5 de agosto.

O estado do Rio de Janeiro atravessa uma gravíssima crise econômica, e essa medida, de caráter provisório, foi tomada após o governo fluminense decretar “estado de calamidade pública” pela sua falência financeira.

Há, porém, contradições. Apesar de a crise dificultar, por exemplo, o pagamento do salário dos funcionários públicos e demandar ajustes nos orçamentos da educação e da saúde, os gastos com o megaevento olímpico

alcançaram R\$ 37,6 bilhões, R\$ 10 bilhões a mais do que o previsto quando o Brasil se candidatou a ser sede (R\$ 28,8 bilhões).

Em entrevista com Brasil de Fato, Sandra afirmou que Rio de Janeiro adotou o “modelo de cidade mercadoria, uma cidade para ser vendida aos megaempreendimentos”. “As enormes estruturas turísticas dirigidas ao capital estrangeiro, a privatização de espaços urbanos... Há um processo de endividamento brutal sobre as contas públicas que deixaram uma dívida muito grande, que aumenta a dívida social”, analisou a economista.

Privatização dos lucros, socialização dos prejuízos

O governo de Rio de Janeiro tem negado que a crise do estado seja originada pelos Jogos, alegando que as dificuldades financeiras se devem à crise geral e à baixa no preço do petróleo, e que a grande maioria dos gastos das obras foi financiada com recursos de Parceria Público Privado (PPP). Segundo dados da prefeitura, só 43% dos gastos provêm do orçamento público, enquanto 57% vem de PPP.

Contudo, o PACS adverte sobre esta questão. “Por meio destas parcerias, o Estado deixa de arcar sozinho com os custos, mas também deixa de receber os lucros, como no caso das obras de metrô, trens e estádios”, explica a instituição em sua revista Rio de Gastos.

A partir destas PPPs, o Estado garante ao capital privado rendas por períodos de cinco a 35 anos, garantidas em contrato. Ou seja, além de ser outra forma de privatização dos serviços e responsabilidades públicas, aparenta desonerar o gasto público no curto prazo, mas o compromete a longo prazo.

Para Sandra Quintela, “os governadores passam a ser gerentes dos interesses desse capital, que tem um papel fundamental nas cidades por causa da grande especulação imobiliária, ou seja, para a expansão das fronteiras do mercado imobiliário e de terras. Então, viver na cidade fica, realmente, em último lugar”.

Violência

Segundo os dados recolhidos pelo PACS, 65 mil famílias foram removidas em nome das Olimpíadas no Rio de Janeiro. “Ha regiões inteiras que foram privatizadas. Por exemplo, a região de Porto Maravilha, onde estava o antigo porto. Lá nasceu a capoeira, o samba... Hoje, tudo está completamente petrificado por um processo de privatização e PPP. Com os megaeventos esportivos, houve uma flexibilização sobre a definição do que é privado e o que é público”, analisou Sandra.

O Comitê Popular das Olimpíadas defende também que outro legado é o aumento da violência policial contra a juventude negra favelada. Um levantamento feito pela Justiça Global indica que, entre janeiro e julho de 2015, 408 pessoas foram mortas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em ocorrências registradas como “autos de resistência”, o que significa um aumento de 18,6% em relação ao mesmo período de 2014.

“É impressionante que, em uma cidade extremamente militarizada como é Rio, essa lógica seja aprofundada em nome dos megaeventos”, lamenta a economista.

Na tentativa de mostrar ao mundo que os morros da cidade maravilhosa estão “pacificados”, o governo fluminense, com o apoio do Governo Federal, tem aumentado os gastos e número de policiais militares.

O Ministério da Defesa especificou que 18 mil militares serão destacados para as cidades onde ocorrerão os jogos de futebol (São Paulo, Manaus, Salvador, Brasília e Belo Horizonte), e o Rio de Janeiro receberá 20 mil homens, sendo “aproximadamente 14 mil do Exército Brasileiro, 4 mil da Marinha do Brasil e 2 mil da Aeronáutica.

Segundo dados solicitados pelo Artigo 19 e pela Justiça Global à Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (Seseg), foram adquiridos 4 mil equipamentos de proteção individual (de capacetes a balaclavas), 18 mil balas de borracha, 9 mil balas fumígenas coloridas (que soltam tintas para marcar alguém na multidão), 4.500 granadas de efeito moral, 4.500 bombas de gás lacrimogêneo, 900 sprays de pimenta e 450 sprays de gengibre.

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/06/30-dias-para-as-olimpiadas-dividas-e-violencia-contr-a-populacao-ja-sao-legados/>

Em Foco V

Roles de género y participación política de la mujer en América Latina

“BELLA, RECATADA Y HOGAREÑA”. ROLES DE GÉNERO Y PARTICIPACIÓN POLÍTICA DE LA MUJER EN AMÉRICA LATINA (POR AVA GÓMEZ, BÁRBARA ESTER Y MARÍA FLORENCIA PAGLIARONE)

Por CELAG
05/06/2016

América Latina registra números alarmantes respecto de mujeres asesinadas en la región, al mismo tiempo que carece de las leyes contra la violencia de género o simplemente, no las implementa. Según el informe anual 2015 ONU Mujeres para América Latina, 14 de los 25 países que registran una mayor tasa de asesinatos de mujeres por el hecho de serlo, son latinoamericanos: Honduras, El Salvador, Guatemala y México encabezan la lista con las más elevadas cifras de feminicidios, cifras que continúan en alza año tras año.

Argentina ha protagonizado una de las más multitudinarias manifestaciones contra la violencia bajo el lema #Niunamenos. En Bogotá, las movilizaciones se encendieron exigiendo Ni una Rosa más, en alusión a la muerte de Rosa Elvira Cely, quien ha permitido visibilizar los feminicidios en el país, así como la falta de respuesta estatal ante las denuncias. Todas las manifestaciones tienen el factor común de “volver público lo privado”, reclamo histórico de movimientos feministas que a lo largo de los años han peleado por el acceso de la mujer al ámbito público rompiendo los compartimientos patriarcales que la enclaustran en la órbita doméstica.

Entre avances y retrocesos el género se ha convertido en parte del imaginario político no sólo desde el progresismo, su ethos tradicional, sino que el rol de la mujer se ha convertido en un terreno de disputa en la arena política.

Link: <http://www.celag.org/bella-recatada-y-hogarena-roles-de-genero-y-participacion-politica-de-la-mujer-en-america-latina-por-ava-gomez-barbara-ester-y-maria-florencia-pagliarone/>

Espaço Aberto I

O “Genocídio” legitimado pela ficção do “medo e da violência quando o Estado constrói o extermínio social”

Tiago Henrique Crispim Salvador *

Um dos objetivos norteadores desse artigo é mapear a gênese e as faces dos dispositivos de classe implementados pelo estado capitalista, que torna viável a construção de corpos abjetos, portanto, suscetíveis às práticas genocidas, estruturadas no racismo institucional promovido pelas Políticas Públicas que objetivam exterminar esses corpos ditos “maleáveis” À ordem da cidade. A partir desse questionamento, constata-se que o Estado se constrói através das “margens” por ele disciplinadas, ou seja, é a retórica belicosa que divide

a cidade de acordo com o discurso maniqueísta, onde as favelas e as áreas periféricas personificam o espectro do “terror”, é o que torna possível a existência jurídica (mesmo que para institucionalmente) do Homo Sacer.¹

A ideia de “Humanidade” é contextual, e nesse sentido da “Metáfora da Guerra” (Leite, 2008), o traficante é despojado desse direito, já que segundo a lógica dos dispositivos da classe dominante (nesse caso, a burguesia) ele personifica o próprio mau. A humanidade do indivíduo é legitimada por categorias significativas, portanto, o contexto ao qual esse grupo social está inserido fará com que qualquer mobilização acionada por seus pares seja moralmente inviável de acolhida social ao corpo civil.

Tomando à Favela como um campo onde essa ficção desenvolve-se de forma mais intensa, na prática, existe uma legislação que enquadra pessoas como “bandidas”, e esse ato é feito de cima para baixo permitindo prisões arbitrárias. Percebe-se que essas desigualdades tão sendo construídas, e são frutos de circunstâncias políticas, histórica e socialmente determinadas. Para que a retórica da “Metáfora da Guerra” (Leite, 2008) legitime-se, é preciso construir uma série de representações e criminalizações de atos e pessoas. Tais figuras estigmatizadas são historicamente construída de acordo com a necessidade da luta das classes no jogo político da sociedade.

No caso das Favelas, o traficante passa a ser um corpo matável, já que neste, personifica-se um inimigo potencialmente belicoso, capaz de desestabilizar a ordem do tecido social. Essa guerra surge como uma metáfora, para ocultar as relações de classes estabelecidas, que são de poder. Quando o Estado passa a produzir a morte, também é uma noção biológica, quando esse corpo hegemônico institui que determinada categoria social enseja em si o “perigo”, é essa retórica que legitima a guerra contra o inimigo, consolidando a criminalização da pobreza, mapeando e estigmatizando os territórios ocupados pelos habitantes das favelas. Porque nessa perspectiva moral burguesa, o inimigo tem classe e cor. A eficácia moral desse discurso na sociabilidade dos indivíduos e na implementação de políticas públicas é mais uma expressão de vitória da luta de classes por parte da hegemonia dos dispositivos ideológicos burgueses contra as classes desapropriadas.

E é essa lei, que é estabelecida, tendo em vista esse aspecto, que poderá instaurar a exceção. Seguindo esse paradigma de “caos belicista”, tanto as classes médias, mas muitas das vezes, majoritariamente os próprios oprimidos, legitimam esse discurso do extermínio contra as classes ditas “perigosas”. Achando-se ao lado desse Estado legítimo, acreditando que estão protegendo o tecido social da ameaça midiática que coloca a violência como um parâmetro social desvinculada dos fatores de classes que a gera.

A “exceção” promovida pelo Estado é parte da luta de classes, por isso, nesse contexto de luta contra o proletariado, torna-se um critério direcionado para as margens. Isso permite constatar que não existe ausência do estado nas periferias. A produção da vida é tirada da praça pública e transferidas para os aparelhos reguladores do Estado, este hegemônico sobre a vida coletiva personificando o próprio conceito em si. O “Direito à Vida” passa a ser um atributo que da legitimidade a existência do Estado como um corpo coletivo.

É essa ideologia que as classes dominantes transmitem ao tecido social- principalmente através do discurso midiático de apelo sensacionalista- é o que consolida, mesmo que indiretamente, a sua lógica de funcionamento. Constatamos então, a forma diferenciada dessa exceção estatal em lugares diferenciados. A vivência de certas regras em determinados contextos, nessa lógica, constituem-se corpos que são sujeitos à força do estado, que são submetidos ao autoritarismo. O que permite concluir, que o estado se faz presente diferentemente nos centros e nas periferias.

De acordo com essas demarcações, é viável questionar os critérios que transformam o traficante como um corpo “matável”, concluindo-se que o critério que legitima o genocídio dessa categoria social, consiste no fato, da insignificância social de sua vida, o que torna a indignação dessas mortes impenetrável para as demais categorias sociais. Diante da retórica que aciona um vocabulário que estigmatiza a sociabilidade desses grupos como algo violento e estranho ao corpo social, mas não trazendo como denuncia as bases sociais que geram esses corpos marginalizados como fruto de uma ordem social injusta.

Precisamos questionar qual o contexto histórico que possibilita a vigência da “Metáfora da Guerra”(Leite, 2008). Como esse discurso ganha certo respaldo pela sociedade, principalmente para alguns segmentos potencialmente tão vulneráveis e extermináveis quanto aos próprios traficantes? É importante salientar como a sociedade, e não somente o Poder Público são coniventes, tolerantes com essas mortes, pois norteados

nessa ideologia que constrói determinados grupos sociais como potencial perigo à vida de todo o tecido civil, sua erradicação social torna-se aceitável, seja biologicamente ou culturalmente.

Seguindo esse raciocínio da lógica belicosa, que divide a cidade em grupos ideológica e moralmente opostos, reforçam-se os conteúdos pedagógicos de “choque de ordem moral” às margens nesse cenário político desde os “autos de resistências” as UPPS, eliminando das políticas públicas qualquer perspectiva cidadã que resolva as demandas da sociedade como uma questão social e não como caso de polícia. A estigmatização constrói como abjeção não apenas os corpos dos traficantes, mas também os de todos os sujeitos territorializados nas áreas periféricas.

O estado, nesse sentido, apresenta-se como “ficção”. Figura-se com um pseudodiscurso de preservação da vida, mas que na prática, no cotidiano dessas margens funciona através de leis excepcionais, cerceando o direito à vida, matando o corpo biológico e político dos sujeitos que residem sob as lápides da arbitrariedade. É de forma desigual que o estado personifica-se e constrói essa ordem, a construção abjeta de determinados corpos sociais é que vai incidir e legitimar a consolidação institucional de políticas públicas desiguais.

¹ Homo Sacer: De acordo com o autor, Giorgio Agamben, é qualquer pessoa que possa ser construída socialmente como matável. Indivíduo que foi despojado de direitos, tornando-se somente um corpo físico. É a vida indigna de se viver

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREIRE, Silene de M. “O fetiche do enfrentamento da pobreza no Brasil: nem direitos, nem humanos.” Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina Contemporânea/ Silene de Moraes Freire, organizadora. – [Rio de Janeiro]: Letra e Imagem, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.(parte 3).

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. Teoria & Sociedade, nº 15.2, Julho- Dezembro de 2007. Pp.138- 171.

BURGOS BAUMANN, Marcelo. Cidade, Território e Cidade. Revista de Ciências Sociais, RJ, vol.48, nº1, 2005, Pp.184 a 222.

LEITE, Márcia; MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? Sociedade e Estado, Brasília, v.22.n.3, Set- Dez. 2007. Pp 545- 591.

LEITE, Márcia. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. São Paulo V.6, nº2, 374- 389 Ago/ Set.2012.

LYRA, Diogo. A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude/ Diogo Lyra.- Rio de Janeiro: Mauad x: FAPERJ, 20013.

MACHADO DA SILVA, L.A; LEITE, M.P.; FRIDMAN, L. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. IN: Mapas: monitoramento ativo da participação da sociedade. Rio de Janeiro: IBASE, action AID, FORD FOUNDATION, 2005. 1

Agenda Acadêmica

Data: 04 a 08 de dezembro de 2016

Local: Ribeirão Preto

Link: <http://www.abepss.org.br/eventos/xv-enpess-encontro-nacional-de-pesquisadores-em-servico-social-2>

Com este grande tema, a ABEPSS, gestão “Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistencia” -2015-2016, tem a honra e a alegria de convidar todos e todas para o XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (XV ENPESS), a ser realizado no período de 04 a 08 de dezembro de 2016, no Centro de Convenções de Ribeirão Preto. O XV ENPESS discutirá o conjunto de determinações que perpassam o processo de formação profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional. A partir das Diretrizes curriculares de 1996, do Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão será discutido o protagonismo da organização da categoria que construiu um legado crítico para a formação, a pesquisa e para o trabalho profissional, com ênfase para os 70 anos da ABEPSS e 80 do Serviço Social brasileiro. Assistentes Sociais, professores, pesquisadores, estudantes, militantes e demais interessados estão convidados a contribuir com o debate intelectual e político, e com o intercambio acadêmico e profissional no XV ENPESS.

É importante destacar que este é um grande evento de pesquisadores de Serviço Social e que contribui para a formação continuada, para a produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais, para o fortalecimento da categoria e, entre outros, para o adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e posicionamentos políticos. Além do denso Programa constituído de Colóquios, Conferências, Mesas Redondas, apresentação de trabalhos, lançamentos de livros, haverá também programas culturais e festas de confraternização e comemoração dos 20 anos das diretrizes curriculares, 70 anos da ABEPSS e 80 anos da profissão de Serviço Social no Brasil. Após o encontro, no dia 09 de dezembro, ocorrerá a Assembleia que elegerá a nova diretoria da Abepss, para a gestão 2017/2018.

Prepare-se e venha participar do XV ENPESS que, nesta edição, será realizado em uma cidade de porte médio, localizada no interior do estado de São Paulo. Sem dúvida, é com muito carinho e engajamento político que estaremos te esperando. Venha participar deste grande evento, que é também uma grande festa! Confira as normas para envios de trabalhos abepss.org.br/noticias/ver/171

Maiores informações ligue (45) 3025-2121

Inscrições: inscricoes@alvoeventos.com.br Trabalhos: trabalhos@alvoeventos.com.br

VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje

Data: 19 a 21 de outubro

Local: Rio de Janeiro/UERJ

Link: <http://www.proealc.uerj.br/seminariovi/index.htm>

ORIENTAÇÕES PARA ENVIO DE TRABALHOS E WORKSHOPS: A seleção dos trabalhos para apresentação oral será realizada com base na avaliação dos trabalhos completos que deverão ser enviados para o e-mail do grupo de trabalho selecionado pelo autor(es), até o dia 31 de maio de 2016, no seguinte formato: salvar como documento em word 97/2003, de 7 à 10 laudas incluindo resumo, abstract e bibliografia, fonte Arial tamanho 12, espaçamento 1,5 entre as linhas e 2,5 cm de margem em todos os lados. O envio do trabalho deverá conter o seguinte cabeçalho: VI Seminário Internacional, Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina Universidade do Estado Rio de Janeiro

Data: 19, 20 e 21 de outubro de 2016 Grupo de Trabalho (indicar número e nome do GT) Título de Trabalho Nome completo, titulação e instituição do(s) autor(es) Resumo e Abstract alinhado à direita, de até 400 caracteres (com espaço), a 5 centímetros da margem esquerda, sem parágrafos e com espaço simples.

As propostas de Workshop devem ser encaminhadas até o dia 31 de maio, sendo que as mesmas devem ser apresentadas através de resumo, que deverá ser enviado para o email específico para tal, no seguinte formato: salvar como documento em word 97/2003, com 1.800 caracteres com espaçamento, fonte Arial tamanho 12, espaçamento 1,5 entre as linhas e 2,5 cm de margem em todos os lados. Serão priorizadas nessa modalidade de apresentação de Experiências no Campo da Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes na América Latina Hoje. As propostas de workshop deverão indicar as seguintes informações: apresentação; justificativa; objetivos; metodologia; resultados obtidos. As propostas serão submetidas à Comissão Organizadora para avaliação e definição do local, data e horário.

O envio do resumo deverá conter o seguinte cabeçalho: VI Seminário Internacional, Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina Universidade do Estado Rio de Janeiro Data: 19,20 e 21 de outubro de 2016 workshop Nome completo, titulação e instituição do(s) organizador(es) Obs.: 1) Só serão aceitos trabalhos de até quatro autores/as, sendo que pelo menos um/a deles/as deverá estar presente no Congresso e apresentar o trabalho no GT ou no workshop correspondente, para fins de recebimento do Certificado de participação.

Estudantes de graduação deverão enviar junto com o trabalho, uma declaração digitalizada contendo a recomendação de um professor orientador. Os trabalhos selecionados serão publicados nos Anais do Seminário após pagamento da inscrição dos autores. 2) Cada participante só poderá constar como autor em dois trabalhos, sendo um individual e outro em grupo. Incluindo o trabalho para a apresentação no workshop

GRUPOS DE TRABALHO:

GT I: Direitos Humanos e Criminalização da questão social na América Latina, e-mail: proealc.gt01@gmail.com

GT II: Políticas Públicas, Cidadania e Direito Humanos e-mail: proealc.gt02@gmail.com

GT III: Políticas Sociais de Proteção as Crianças e Adolescentes na América Latina e-mail: proealc.gt03@gmail.com

GT IV: O Papel do Estado e da Sociedade Civil na Garantia de Direitos, e-mail: proealc.gt04@gmail.com

GT V: Direitos Humanos e a questão da Violência Contra Crianças e Adolescentes na América Latina, e-mail: proealc.gt05@gmail.com

GT VI: Direitos Humanos e Educação na América Latina, e-mail: proealc.gt06@gmail.com

GT VII: Direito à Cidade e Direitos Humanos, e-mail: proealc.gt07@gmail.com

WORKSHOP: Experiências no Campo da Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes na América Latina Hoje, e-mail: proealc.workshop@gmail.com.

OUTRAS INFORMAÇÕES: Para acessar o link do evento: www.proealc.uerj.br Correio eletrônico: proealc@gmail.com / seminariodh.proealc.uerj2016@gmail.com Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC). Tel.: (+5521) 2334-0276; 23342490 (fax)

Lançamentos

Saffioti, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo, Expressão Popular, 2016.

Este breve e denso livro trata da questão do papel da mulher na sociedade atual. Tema esse amplamente divulgado e pertinente até mesmo para organizações comprometidas com a manutenção da ordem estabelecida. Porém, a análise de Heleieth Saffioti – e isso é fundamental – procura compreendê-lo em perspectiva histórica; ou seja, o que ela busca analisar é o papel da mulher em uma sociedade de classes, capitalista.

A questão de gênero, da opressão às mulheres é tratada como parte constituinte de um sistema baseado na exploração do ser humano pelo ser humano. Gênero, patriarcado, violência parte de dados de pesquisas sobre a violência contra a mulher – de fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 – que demonstram a crueldade e perversidade de uma lógica em que essa prática de alguma maneira está naturalizada.

Apesar dos avanços legais em torno dessa questão – principalmente com a sanção da Lei Maria da Penha – essa é ainda uma realidade para boa parcela das mulheres, o que se agrava ainda mais quando se trata das camadas trabalhadoras empobrecidas. Esse, infelizmente, é um dos aspectos de atualidade deste livro.

Heleieth trava um combate no campo teórico, procurando definir os melhores conceitos para se analisar essa forma de opressão. É a partir disso que ela afirmará a relevância do patriarcado como categoria que expressa uma forma de dominação própria das sociedades divididas em classes, em suas diversas fases históricas. Ela permite uma análise que desnaturaliza a submissão de um sexo a outro, ou seja, esta se constitui como um fenômeno social. A perspectiva de que a emancipação dessa opressão não é possível nos marcos de uma sociedade capitalista é de grande atualidade (e necessidade).

Em tempos de avanço de uma cultura conservadora em nossa sociedade, é necessário se contrapor a isso tanto no campo teórico quanto prático criando uma cultura emancipadora, socialista. No primeiro calibrando os termos que utilizamos para analisar a realidade de forma precisa; no segundo levando à frente as lutas que busquem derrubar a ordem estabelecida.

Singer, André e Loureiro, Isabel. As contradições do lulismo. A que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016.

Desdobrando as análises de André Singer sobre o “lulismo”, o livro busca incorporar uma avaliação sobre o “ensaio desenvolvimentista” tentado pelo governo Dilma no marco do pós crise internacional de 2008 e oferecer uma interpretação original sobre o saldo do percurso lulista desde a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002 no contexto mais amplo da experiência modernizadora brasileira. Nas palavras da economista Leda Paulani, que assina o texto de orelha do livro, os ensaios aqui reunidos revelam que “o lulismo repetiu como farsa a tragédia do sonho desenvolvimentista anterior, que durou cinquenta anos e foi desfigurado pelo conservadorismo militar”.

Inspirados pelas observações de Chico de Oliveira de que o capitalismo brasileiro se caracteriza pela combinação do arcaico e do moderno eternamente reproduzida, os oito capítulos registram as contradições e ambiguidades que moldaram o período de 2008-2014, marcado por um “ensaio desenvolvimentista tardio”: inclusão social sem cidadania, reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, wallmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas.

Essa coexistência aparentemente equilibrada de opostos teria, na avaliação dos autores, começado a desmoronar com as manifestações de junho de 2013, que “trouxeram subitamente à consciência como o Brasil, apesar de ter melhorado, continuava péssimo”. Nesse sentido, as análises que compõem este livro constituem material precioso para decifrar os rumos abertos pela explosiva e imprevisível conjuntura atual. Pois, ainda nas palavras de Leda Paulani, é no “andar de baixo” que a maioria dos pesquisadores vai buscar impressões e informações para compor o mapa das antinomias contemporâneas: do “precarizado” aos trabalhadores sindicalizados (agora em chave internacional), dos beneficiários dos programas sociais como o Bolsa Família aos “agentes culturais” (que sustentam o ganha-pão do nicho de negócios aberto pela gestão da pobreza), das populações deslocadas pelo agronegócio aos assentados agroecológicos, dos sem-teto àqueles que andam nas franjas do mundo do crime.

Com ensaios assinados por Ruy Braga, Leonardo Mello e Silva, Maria Elisa Cevasco, Wolfgang Leo Maar, Cibele Rizek, Carlos Alberto Bello e os dois organizadores do volume, André Singer e Isabel Loureiro, As contradições do lulismo encerra uma espécie de trilogia do Cenedic sobre a era Lula, que inclui A era da indeterminação(2007) e Hegemonia às avessas (2010), ambos também lançados pela Boitempo.

Expediente

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Prof. Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação

Profª Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Coordenadora do PROEALC

Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Editoras Responsáveis

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Coordenação de Produção

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Mônica Suely Mendes de Abreu

(PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Tiago Henrique Crispim Salvador

(PROEALC/CCS/UERJ)

Diagramação

Andreia de S. Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Arthur F. Azevedo Azambuja (ISERJ/FAETEC)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.